



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Amazonas  
Secretaria Estadual  
Coordenadoria de Administração  
Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas

Aviso de

## DISPENSA ELETRÔNICA

10/2026

### CONTRATANTE (UASG)

PROCURADORIA DA REPÚBLICA – AM (200071)

### OBJETO

Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva na estação de Efluentes (ETE) da Procuradoria da República no Amazonas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 83.700,00 (oitenta e três mil e setecentos reais)

### PERÍODO DE PROPOSTAS

Até 23/06/2026 às 07:59h

### PERÍODO DE LANCES

23/06/2026 das 08:00h às 14:00h

### PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

### EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 10/2026**

(Processo Administrativo n.º 1.13.000.000005/2026-76)

Torna-se público que a PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS por meio da Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do art. 75, inciso I, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis.

Data da sessão: 26/06/2026

Horário da Fase de Lances: 8:00 às 14:00

A convocação para a apresentação das propostas ajustadas ao valor final será realizada imediatamente após a fase de lances, na data da sessão, às 14:00.

**Critério de Julgamento:** Menor Preço.

**Regime de Execução:** Empreitada por Preço Global

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

**1.1.** Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva na estação de Efluentes (ETE) da Procuradoria da República no Amazonas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.2.** Em caso de discordância entre as especificações deste objeto no SIASG/Compras.gov e as especificações constantes no Aviso de Dispensa de Licitação, prevalecerão as do Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos.

**1.3.** Os valores estimados de cada item, serão os PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS para a presente contratação.

**2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

**2.1.** A participação se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**2.1.1.** Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

**2.1.2.** O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou a este órgão a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

**2.2.** Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

**2.2.1.** que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e seu (s) anexo (s);

**2.2.2.** estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.2.3.** que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2.2.3.1.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

**2.2.3.2.** Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

**2.2.4.** organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão TCU nº 746/2014 – Plenário); e

**2.2.5.** sociedades cooperativas.

**2.3.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

**3.1.** O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

**3.2.** O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Dispensa Eletrônica, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

**3.3.** A contratação ocorrerá em item único, conforme tabela constante abaixo. Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

<b>Item</b>	<b>Especificação</b>	<b>Quant. Anual</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
<b>1</b>	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva na Estação de Tratamento de Efluentes do Prédio Sede da PR-AM	12	R\$ 6.975,00	R\$ 83.700,00
<b>VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO ESTIMADO</b>				<b>R\$ 83.700,00</b>

**3.4.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

**3.5.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

**3.5.1.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**3.6.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**3.7.** Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

**3.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**3.9.** No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

**3.9.1.** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**3.9.2.** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

**3.9.3.** que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

**3.9.4.** que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

**3.9.5.** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

**3.9.6.** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

**3.10.** O participante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**3.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável.

**3.11.1.** Feita essa opção, os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

**3.11.1.1.** Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Dispensa Eletrônica;

**3.11.2.** O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

**3.11.3.** O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

#### **4. FASE DE LANCES**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**4.1.** A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

**4.2.** Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.**

**4.3.** O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto (se o caso) em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**4.3.1.** O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

**4.3.1.1.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 1% (um por cento).

**4.4.** Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

**4.5.** Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**4.6.** Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

**4.7.** Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

**4.7.1.** O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

**5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**5.1.** O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.

**5.2.** Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

**5.3.** No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

**5.3.1.** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

**5.3.2.** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

**5.3.3.** Sempre que convocado, o fornecedor detentor da proposta vencedora terá o **prazo máximo de 30 (trinta) minutos**, contado da solicitação no sistema, para responder à convocação de negociação, se for o caso, observados os itens 5.3.1 e 5.3.2.

**5.3.4.** Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

**5.4.** Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta adequada ao último lance e, se necessário, de documentos complementares solicitados neste Aviso de Dispensa de Licitação e em seus anexos.

**5.4.1.** São considerados, também, documentos complementares as declarações abaixo, que poderão ser enviadas junto a proposta vencedora ou para a contratação:

**5.4.1.1.** Declaração de Regularidade, nos termos art. 3º da Resolução/CNMP nº 37/2009;

**5.4.1.2.** Declaração de Sustentabilidade Ambiental;

**5.4.1.3.** Declaração de Inexistência de Trabalho Escravo, Não Exploração de Trabalho Infantil e Não Discriminação;

**5.4.1.4.** Declaração de não ultrapassar a receita bruta máxima admitida para enquadramento como EPP, se for o caso;





**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**5.4.1.5.** Declaração de Optante pelo Simples Nacional ([caso a empresa se enquadre](#)), se for o caso;

**5.4.1.6.** Declaração de Conhecimento das Condições Inerentes à Natureza do Serviço

**5.4.2.** Se necessário, além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.

**5.4.3.** Fica estabelecido prazo máximo de **1 (uma) hora**, contado da solicitação no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado ou negociado.

**5.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação, sendo considerada a data de realização da sessão.

**5.6.** Será desclassificada a proposta que:

**5.6.1.** conter vícios insanáveis;

**5.6.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

**5.6.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**5.6.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**5.6.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

**5.7.** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

**5.7.1.** for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

- 5.8.** Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.
- 5.9.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.10.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.11.** Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.12.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

**6. HABILITAÇÃO**

- 6.1.** Após a etapa de lances, os documentos solicitados do fornecedor mais bem classificado a serem exigidos para fins de habilitação são os seguintes:

**6.1.1. Documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA, constantes no nível II, do SICAF (verificação realizada pelo agente da administração responsável por operar a dispensa eletrônicas);**

**6.1.2. Documentos referentes à HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, constante nos níveis III – Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal do SICAF (verificação realizada pelo agente da administração responsável por operar a dispensa eletrônicas).**

**6.1.3. Documentos referentes à HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**6.1.3.1.** certidão negativa de falência ou insolvência civil (no caso de pessoa física) expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor. Quando a certidão não trouxer em si a data de sua validade, será considerada como válida por 60 (sessenta) dias a contar da data de sua emissão.

**6.1.3.2.** No caso do licitante encontrar-se em processo de recuperação judicial, deverá ser apresentada certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que o interessado está apto econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, com amparo na



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

jurisprudência do Tribunal de Contas da União, conforme disposto no Parecer SEORI/AUDINMPU Nº 1.185/2017

**6.1.4. Documentos referentes à HABILITAÇÃO TÉCNICA:**

**6.1.4.1.** Documentos constantes no item 7.7 do Termo de Referência (Termo de Referência).

**6.2.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário):

**a) SICAF**

**b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);

**c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no sítio [http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); e

**d) Relação de licitantes inidôneas do Tribunal de Contas da União – TCU**, no sítio <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/responsabilizacao/inidoneos>;

**e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**, mantido pelo CGU, que apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na [Lei nº 12.846/2013 \(Lei Anticorrupção\)](#), no sítio [Detalhamento da Penalidade – Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\) - Portal da transparência \(portaltransparencia.gov.br\)](#).

**6.2.1.** As consultas aos cadastros referidos nos subitens “b”, “c”, “d” e “e” podem ser supridas através da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), em conjunto com a Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) (<https://certidoes.cgu.gov.br/consulta-inicial>);

**6.2.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**6.2.3.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**6.2.4.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**6.2.5.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

**6.2.6.** Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.3.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**6.3.1.** É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

**6.3.2.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

**6.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, **no prazo de máximo de 1 (uma hora), a contar da convocação no sistema**, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

**6.4.1.** O prazo para envio dos documentos de habilitação poderá ser prorrogado por igual período nas seguintes situações:

**6.4.1.1.** a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo;

**6.4.1.2.** de ofício, a critério do agente de contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no aviso de dispensa de licitação para a verificação de sua conformidade.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**6.5.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**6.6.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

**6.7.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**6.7.1.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**6.8.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições

**6.9.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

**6.10.** Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

**6.10.1.** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

**6.11.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **7. CONTRATAÇÃO**

**7.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**7.2.** O adjudicatário terá o prazo de 1 (um) dia útil, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

**7.2.1.** A assinatura eletrônica do Termo de contrato, deverá ocorrer no sistema de peticionamento eletrônico do MPF;

**7.2.2.** O adjudicatário deverá realizar cadastro para solicitação de Senha e Login, no portal “Peticionamento Eletrônico do MPF”, site: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login/>;

**7.2.3.** O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**7.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**7.3.1.** referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**7.3.2.** a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

**7.3.3.** a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**7.4.** O prazo de vigência da contratação será de acordo com o previsto nos anexos a este Aviso de Dispensa Eletrônica.

**7.5.** Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **8. SANÇÕES**

**8.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

**8.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**8.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

- 8.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- 8.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9.** fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 8.1.10.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
  - 8.1.10.2.** Considera-se como comportamento inidôneo da mesma forma as condutas dos arts. 337-F, 337-I, 337-L e 337-O do Código Penal.
- 8.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

**8.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**8.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**8.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**8.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**8.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**8.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**8.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**8.5.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**8.6.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**8.7.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**8.8.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**8.9.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**8.10.** As notificações poderão ser realizadas por meio eletrônico, com fulcro no art. 5º e parágrafos, da Lei nº 11.419/2006.

**9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**9.1.** O procedimento será divulgado no Compras.gov e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado – Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

**9.2.** No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

**9.2.1.** republicar o presente aviso com uma nova data;

**9.2.2.** valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

**9.2.2.1.** No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

**9.2.3.** Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

**9.3.** As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

**9.4.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa Eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

**9.5.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**9.6.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

**9.7.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

**9.8.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.9.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**9.10.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

**9.11.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

**9.12.** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no portal de compras do Governo Federal e as especificações e descrições constantes deste Aviso de Dispensa Eletrônica, prevalecerão as desse Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.

**9.13.** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

**9.14.** Integram este Aviso de Dispensa Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I** – Termo de Referência;

**ANEXO I-A** – Instrumento de Medição de Resultado – IMR

**ANEXO I-B** – Plano de Manutenção

**ANEXO II** – Modelo de Proposta;

**ANEXO III** – Declaração de Regularidade



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**ANEXO IV** – Declaração de Sustentabilidade Ambiental;

**ANEXO V** – Declaração Inexistência de Trabalho Escravo;

**ANEXO VI** – Declaração Receita Bruta;

**ANEXO VII** – Declaração Optante pelo Simples (se for o caso);

**ANEXO VIII** – Declaração Conhecimento das Condições do Local;

**ANEXO IX** – Minuta do Contrato

Manaus, na data de assinatura do documento eletrônico.

**Thiago Xavier Bitencourt Bezerra**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS

ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES**

**1- DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1.1** - O presente termo de referência tem por objetivo nortear a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva na estação de Efluentes(ETE) da Procuradoria da República no Amazonas, de acordo com as especificações, locais de execução e quantitativos descritos, bem ainda, com os preços máximos aceitáveis para a contratação e demais condições gerais deste termo.

**1.2** - O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses** contados da assinatura do contrato, com fundamento no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

**1.2.1** - Por ser tratar de serviço de natureza continuada, o contrato poderá ser prorrogado por **até 10 (dez) anos**, conforme estabelece o Art. 107 da Lei nº 14.133/21, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b) A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- c) O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- d) A CONTRATADA se manifeste expressamente interesse na prorrogação.

**1.2.2** - A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**1.2.3** - Conforme o Parecer SEORI/AUDIN-MPU nº 1.314/2017, que trata do Anexo IX da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, a vantajosidade econômica para prorrogação estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, desde que os preços contratados forem revisados com base em índice específico previamente definido no edital e no contrato.

**1.2.4** - A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo.

**2 – FUNDAMENTAÇÃO E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** - As referências legais para a presente contratação são, pelo menos, as referidas abaixo, ficando também condicionada a contratação à legislação correlata relacionada ao objeto:

- a) Lei 14.133/2021;
- b) Lei Complementar nº 123/2006, atualizada;
- c) Decreto nº 8.538/2015;
- d) Portaria PGR/MPU nº 148/2022;
- e) IN SG/MPF nº 1, de 8 de fevereiro de 2018;
- f) IN SG/MPF nº 05, de 26 de maio de 2017;
- g) IN SEGES nº 73/2022.
- h) Portaria PGR/MPU nº 100/2023
- i) Portaria PGR/MPU nº 99/2024
- j) Portaria PGR/MPU nº 178/2023
- k) Resolução CONAMA nº 357/2005 e 430/2011
- l) Lei municipal nº1192, de 31 de dezembro de 2007,

## 2.2 - A presente contratação se faz necessária para:

**2.2.1** - A contratação em tela fundamenta-se na necessidade de assegurar a adequada operação, conservação e eficiência da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) da Procuradoria da República no Amazonas (PR/AM). O tratamento de esgoto e efluentes gerados nas dependências do órgão é uma condicionante sanitária e ambiental básica para o funcionamento do edifício público. A ausência de manutenção preventiva e corretiva especializada expõe a Administração a riscos iminentes de colapso no sistema de saneamento local, transbordamentos, refluxos de esgoto e proliferação de vetores, comprometendo gravemente as condições de habitabilidade, higiene, saúde e segurança do trabalho para membros, servidores, estagiários, terceirizados e cidadãos que frequentam as instalações.

**2.3** - O objeto desta contratação se enquadra no código **CATSER: 19526**, do Catálogo Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/consulta-detalhada/planilha-catmat-catser>).

**2.4** - Há conexão entre a contratação e o planejamento de contratação anual existente na Unidade. O código registrado no PCA 2026 é o **PRAM-D0015/26**

**2.5** - Conforme o inciso XV, art. 6º, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, o serviço previsto nesta contratação se enquadra como serviços contínuos:

*"XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;"*

*"Art. 1º, inciso IV da Instrução Normativa MPF nº 1, de 8 de fevereiro de 2018, in verbis:*

*IV. Análises microbiológicas e tratamento de águas;"*

**2.6** - Para definição do valor máximo aceitável para a contratação, realizamos pesquisa de mercado e de preços conforme Portaria PGR/MPU nº 100/2023, definindo-se o **MENOR PREÇO** como sendo o limite máximo aceitável.

**2.7** - Considerando que o custo administrativo de realizar uma licitação é certamente mais elevado que o objeto a ser contratado, sugerimos a contratação por meio de **dispensa de licitação**, em razão do valor da aquisição, **na forma eletrônica**, com fundamento no inciso I, art. 75, e § 3º, da Lei nº 14.133/2021, c/c Portaria PGR/MPU nº 148/2022, em atenção ao princípio da economicidade, eficiência, celeridade e competitividade.

## 3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**3.1** - A solução mais viável para atender às necessidades desta unidade ministerial é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva na estação de efluentes(ETE), conforme disposto no **ITEM 4 – Modelo de execução do objeto**.

**3.1.1** - Demais especificações do objeto e valores máximos aceitáveis estão detalhados no **ITEM 7 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR E ESTIMATIVA DO PREÇO**.

### 3.2 – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

**3.2.1** - Devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam na Política de Sustentabilidade do Ministério Público Federal (PS/MPF), instituída pela Portaria PGR/MPF Nº 290, de 9 de maio de 2023 e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- adoção de metodologias e práticas direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;
- Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;

- Observar as recomendações técnicas e legais para o fornecimento de saneantes e produtos químicos;
- Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica as, baterias, pilhas, óleos e frascos de aerossóis em geral, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais
- Priorizar o emprego de materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução dos serviços
- Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;
- recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos utilizados e encaminhar para destinação final ambientalmente adequada;
- fornecimento aos empregados destacados para a prestação dos serviços dos equipamentos de segurança necessários à execução, sob pena de denúncia aos órgãos competentes, sem prejuízo das penalidades previstas neste termo;
- os responsáveis técnicos devem ter registro no conselho profissional competente;
- a empresa especializada deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico;

## 4 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 4.1 – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

**4.1.1** - Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

**-Edifício-Sede** da Procuradoria da República no Amazonas, localizado na Rua André Araújo, nº 358, Bairro Adrianópolis, Manaus, Amazonas;

### 4.2 - DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

**4.2.1** - O serviço será executado após a assinatura do contrato, devendo as intervenções ocorrerem em até **10 (dez) dias úteis** contados a partir de ORDEM DE SERVIÇO emitida, ou de acordo com o planejamento e as orientações da fiscalização. Este prazo poderá ser prorrogado, desde que solicitado e justificado pela empresa contratada e aceitas as justificativas pelos fiscais do contrato.

### 4.3 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

**4.3.1** - Em conformidade com o inciso II, do art. 140, da Lei nº 14.133/2021, executado o contrato, a contratante receberá o objeto em duas etapas:

**4.3.1.1 - Provisoriamente**, no prazo de **3 (três) dias**, contado a partir da finalização das atividades, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

**4.3.1.2 - Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em até **10 (dez) dias corridos**, a contar do recebimento provisório, para a verificação da adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.

**4.3.2** - Os materiais fornecidos e/ou serviços executados pela CONTRATADA, recebidos provisoriamente que não satisfizerem as condições exigidas serão recusados pela fiscalização e

deverão ser substituídos e/ou refeitos dentro do prazo de entrega fixado na presente contratação (**subitem "w" do item 5.4.2 - Obrigações da CONTRATADA**).

**4.3.3** - O contratado está obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

**4.3.4** - Em hipótese alguma será aceito o objeto em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando à apresentação da qualidade e dos resultados requisitados.

**4.3.5** - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **4.4 – DA EXECUÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:**

**4.4.1** - Os serviços deverão ser executados, de acordo com o planejamento e orientações da fiscalização, em dias úteis ou não úteis, e fora do horário de expediente, conforme ORDENS DE SERVIÇO, que serão elaboradas pela Fiscalização da Contratante.

**4.4.2** - Os serviços serão executados com periodicidade mensal **OU A CRITÉRIO** da fiscalização.

##### **Das especificações gerais**

**4.4.3** - Disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, bem como os demais materiais, peças, ferramentas e equipamentos necessários à execução das atividades

**4.4.3.1** - Recomenda-se que a empresa possua um engenheiro ambiental compondo o corpo técnico.

**4.4.4** - Os empregados da contratada, destacados para a execução dos serviços, deverão apresentar-se uniformizados e identificados com crachá, além dos EPI's, para evitar danos à saúde, sob pena de denúncia aos órgãos competentes, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Termo.

**4.4.5** - Manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento, evitando danos às pessoas e ao estado das instalações do órgão.

**4.4.6** - Os operadores e técnicos deverão realizar os serviços em horários que não prejudiquem o funcionamento normal da PR/AM ou de quaisquer de suas dependências, de acordo com a orientação da fiscalização.

**4.4.7** - Os serviços deverão ser realizados sem colocar em risco a qualidade de vida das pessoas, dando especial atenção à manutenção da qualidade do ar e da água nos locais;

**4.4.8** - A prestadora do serviço deverá manter sempre em perfeita ordem o ambiente de trabalho, equipamentos e materiais utilizados;

**4.4.9** - Qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra, na execução do serviço contratado, deverá ser levado imediatamente ao conhecimento do fiscal e/ou gestor do Contrato, para adoção das medidas cabíveis

##### **Monitoramento dos parâmetros físico-químicos**

**4.4.10** - Os padrões físico-químicos das ETE's deverão ser monitorados, com vistas ao atendimento das exigências legais, consoante os padrões de emissão especificados pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA);

**4.4.11** - Os procedimentos e rotinas a serem seguidos no monitoramento dos parâmetros constam dos Manuais de Operação e Manutenção das ETE's;

**4.4.12** - As análises laboratoriais serão de responsabilidade da Contratada e Os laboratórios onde serão feitas as análises deverão possuir certificação do INMETRO, conforme os requisitos estabelecidos na norma ABNT / NBR ISO 15189/2015.

**4.4.13** - Semestralmente, deverão ser apresentadas, as análises dos efluentes líquidos das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE's);

##### **Gerenciamento e esgotamento dos efluentes**



**4.4.14** - O serviço compreende o esgotamento, transporte e destinação final dos efluentes, de acordo com todas as normas federais, estaduais e municipais referentes à manipulação de resíduos de toda a área da PR-AM, observando os seguintes procedimentos básicos em sua execução;

**4.4.15** - O esgotamento deverá ser efetuado por caminhões com sistema a vácuo e capacidade de coleta;

**4.4.16** - Deverá ser fornecida Cópia de Licença de Operação (LO) do aterro sanitário no qual os resíduos da Contratante serão dispostos, garantindo a aptidão do mesmo para receber os resíduos gerados, conforme a Lei nº 12.305/2010;

**4.4.17** - A Contratada deverá providenciar comprovação da destinação final dos resíduos através de laudos da empresa credenciada para os devidos fins.

**4.4.18** - Não há necessidade de apresentação de autorização de funcionamento de empresas (AFE), uma vez que a presente contratação não se enquadra na RDC nº 345/2002.

### **Manutenção preventiva**

**4.4.19** - É caracterizada por serviços cuja realização seja programada com antecedência, tendo como objetivo evitar a ocorrência de defeitos nos componentes dos equipamentos, de maneira a conservá-los dentro dos padrões de segurança e em perfeito estado de funcionamento, contribuindo para a redução de ocorrências e custos com manutenção corretiva;

**4.4.20** - A Manutenção Preventiva será executada conforme Plano de Manutenção Preventiva, a ser elaborado pela Contratada e aprovado pela Contratante;

**4.4.21** - A Contratada deverá fornecer materiais e insumos básicos que tenham necessidade de utilização sem quaisquer ônus adicionais à Contratante;

**4.4.22** - A Manutenção Preventiva inclui as rotinas de limpeza e desinfecção de todos os componentes

das ETE's, incluindo os locais adjacentes às instalações das mesmas;

**4.4.23** - Os serviços de Manutenção Preventiva incluem, no mínimo, a realização das seguintes rotinas, conforme periodicidades recomendadas pelos fabricantes e quando aplicável ao tipo de equipamento existente.

### **Manutenção corretiva**

**4.4.24** Tem por objetivo a correção de dano existente ou que venha a ocorrer, identificado pela Contratante ou pela Contratada, consistindo no restabelecimento de componentes dos sistemas e instalações às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e elétricos, impermeabilizações, substituição de peças e componentes mecânicos, elétricos e/ou acessórios.

**4.4.25** A Manutenção Corretiva ocorrerá sob demanda, por meio do atendimento às solicitações da Contratante ou em razão de necessidade constatada em procedimento de manutenção preventiva;

**4.4.26.** Os serviços serão solicitados por meio de Ordem de Serviço;

**4.4.26.1.** Deverá constar da Ordem de Serviço o número estimado de horas a serem demandas para execução dos serviços.

**4.4.27** A verificação dos equipamentos, bem como a execução dos serviços de manutenção corretiva pelos técnicos da Contratada, quando do atendimento aos chamados, serão realizados com acompanhamento do Fiscal Técnico do Contrato;

**4.4.28** Os chamados para Manutenções Corretivas deverão ser atendidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da abertura do chamado, devendo o problema ser sanado no prazo máximo de:

- **24 (vinte e quatro) horas**, contadas do início atendimento, para o caso de não haver necessidade de substituição de peças/componentes;
- **05 (cinco) dias úteis**, contados do início do atendimento, para o caso de haver necessidade de substituição de peças/componentes.

**4.4.29** Em situações excepcionais, devidamente justificadas pela Contratada, mediante apresentação de laudo técnico sujeito a análise e aprovação do Fiscal, o prazo para correção dos defeitos poderá ser ampliado e o novo prazo deverá ser informado pela Contratada, devendo ser rigorosamente



cumprido.

**4.4.29.1** O prazo máximo para apresentação do laudo técnico é de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da abertura do chamado.

#### **Fornecimento de insumos, materiais e peças**

**4.4.29.** Os componentes a serem fornecidos são destinados a suprir as manutenções de equipamentos de tratamento de efluentes localizados nas instalações da Procuradoria da República no Amazonas para substituir componentes que apresentarem defeito ou os desgastados por uso visando a manter o funcionamento normal dos equipamentos.

**4.4.30.** A Contratada deverá apresentar à Fiscalização o mínimo de 03 (três) orçamentos ou 03 (três) notas fiscais de fornecimento do referido item a entidades públicas ou privadas com objetivo de justificar o preço. Todos os encargos, tais como impostos, frete, entre outros, deverão estar inclusos no preço apresentado.

**4.4.31.** Os valores ofertados serão avaliados pela fiscalização com vistas a aprovação da proposta de menor valor.

**4.4.32.** A PR-AM se reserva ao direito de proceder a pesquisa de mercado para avaliar os preços propostos. Caso o preço encontrado seja inferior ao oferecido pela contratada, a fiscalização apresentará por escrito esta pesquisa à empresa que deverá adequar seu preço ao praticado no mercado.

**4.4.33.** Caso a contratada não esteja de acordo com a pesquisa de mercado ou avaliação do preço de um dado componente, poderá se manifestar por escrito no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após ciência do resultado da avaliação. Após o recebimento da manifestação, a PR-AM se pronunciará no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**4.4.34.** Uma vez aceito, o preço para um dado componente ou material fica registrado pelo prazo de 90 (noventa) dias para aquisições posteriores, caso necessário. Dentro deste prazo, não será necessário apresentar outras propostas para se adquirir um item anteriormente aplicado, em caso de fornecimento de componente extraordinário.

**4.4.35.** As peças e materiais a serem utilizados deverão ser originais, novos, de primeiro uso e compatíveis com os equipamentos instalados nas unidades da Procuradoria da República do Amazonas, estando ainda em conformidade com o disposto neste termo de referência.

**4.4.36.** A substituição de peças e materiais só poderá iniciar quando houver comunicação prévia e por escrito à FISCALIZAÇÃO, contendo, pelo menos: nomes dos profissionais envolvidos, relação de materiais, data e hora prevista;

**4.4.37.** Fica a CONTRATADA responsável pela reposição de material, item de acabamento ou equipamento danificado das instalações da CONTRATANTE em decorrência de imperícia na execução da manutenção.

**4.4.38.** A contratada deverá dispor de peças para manutenções, em quantitativo suficiente ao atendimento das demandas, para uso imediato, se necessário

**4.4.39.** Em todos os casos, o prazo de fornecimento de um componente deverá ocorrer até a conclusão dos serviços.

**4.4.40.** Quando houver necessidade de substituição de peças ou materiais, a Contratada deverá encaminhar, no prazo máximo de 1 (um) dia corrido da detecção da falha do equipamento, o laudo técnico do problema, que deverá conter, no mínimo, os itens abaixo:

- I - as causas possíveis da falha (humanas, de operação automática, etc.);
- II - o tempo em que o equipamento ficou indisponível em virtude da falha;
- III - os danos ocorridos;
- IV - prazo e serviços necessários ao completo reparo;
- V - a quantidade e especificação das peças necessárias para reparar o equipamento;
- VI - boas práticas de operação e manutenções preventivas para se evitar a ocorrência da falha;

**4.4.41.** À critério da fiscalização, a apresentação do laudo técnico citado no item anterior poderá ser dispensada nos casos em que a vistoria presencial seja suficiente para identificar os problemas que motivaram a troca das peças e que as peças a serem substituídas não sejam de valores elevados.

**4.4.42.** Havendo necessidade de maior prazo, a CONTRATADA deverá formalizar imediata comunicação ao CONTRATANTE, justificando e propondo novo prazo, o qual será avaliado pelo CONTRATANTE.

**4.4.43.** Para os casos emergenciais que exigirem a pronta substituição de componentes defeituosos, a critério da fiscalização, o laudo técnico a que se refere o item anterior poderá ser apresentado após a conclusão dos serviços.

**4.4.44.** Após a comprovação da necessidade de aplicação de um componente e após a autorização da fiscalização, a contratada deverá então fornecê-lo, atentando para o prazo de conclusão dos serviços.

**4.4.45.** Para comprovar o fornecimento de um componente ou material, ao término de um serviço, a contratada deverá apresentar à Fiscalização um recibo com a descrição, preço e quantidade do material ou peças aplicados que deverá ser assinado pelo técnico responsável e o Fiscal dos serviços

**4.4.46.** Nos equipamentos que se encontram em período de garantia, os serviços de reparos ou de manutenção corretiva somente poderão ser executados após a constatação de que o problema não decorre de defeito coberto pela garantia.

**4.4.47.** Caso a CONTRATADA execute os serviços de manutenção corretiva nesses equipamentos e disto resulte a perda da garantia oferecida, a CONTRATADA assumirá, durante o período remanescente da garantia, todos os ônus a que atualmente está sujeito o fabricante do equipamento.

**4.4.48.** A contratada dará garantia para todas as peças originais utilizadas para manutenção.

**4.4.49.** Toda e qualquer intervenção nos equipamentos, deverá ser acompanhada pelo Fiscal ou pessoa designada por ele, com posterior emissão de relatório confeccionado pela contratada

**4.4.50.** É de responsabilidade da contratada garantir a qualidade dos materiais empregados, apresentando documentos comprobatórios de sua originalidade e procedência quando requisitados pela fiscalização.

**4.4.51.** As peças, componentes, acessórios e quaisquer materiais aplicados aos equipamentos da ETE, deverão estar em acordo com a legislação Federal e Estadual vigente e com normas, especificações, recomendações da ABNT, dos fabricantes ou organismos internacionais reconhecidos internacionalmente.

**4.4.52.** Para comprovar a originalidade das peças de reposição empregadas nos serviços, a fiscalização poderá solicitar apresentação de certificados ou documentos comprobatórios.

**4.4.53.** A contratada dará garantia para todas as peças utilizadas para manutenção.

**4.4.54.** Ao término do futuro contrato e no que se refere à substituição das peças aplicadas nos equipamentos, a garantia deverá ser de no mínimo 90 (noventa) dias.

**4.4.55.** Caso o fabricante das peças aplicadas ofereça garantia maior que a prevista no anterior, prevalecerá a garantia de fábrica, expressa em termo próprio

**4.4.56.** Mensalmente a contratada deverá apresentar relatório que subsidiará seus recebimentos. O documento deverá abordar os seguintes pontos, além de todas as informações que a contratada julgar serem essenciais:

- I - Registro de todas as visitas realizadas contendo data, hora e nome do técnico.
- II - Registro de todos os serviços realizados.
- III - Registro de todas as peças substituídas, juntamente com os laudos técnicos que subsidiaram as trocas.

IV - Relato de todas as dificuldades enfrentadas pela Contratada ao longo do período, apresentando sugestões e críticas.

V - Indicação do estado dos equipamentos em relação a sua vida útil e de seus componentes.

VI - Condições de instalações inadequadas, caso encontrado

**4.4.57** - O quantitativo estimado e a composição do serviço seguem na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA
Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva na Estação de Tratamento de Efluentes do Prédio Sede da PR-AM <ul style="list-style-type: none"><li>- Mão de obra para serviços de operacionalização, monitoramento e manutenção preventiva de Estações de Tratamento de Esgoto.</li><li>- Disponibilização de ferramentas, equipamentos de medição e equipamentos de proteção individual (EPI), necessários à execução dos serviços</li><li>- Fornecimento de insumos, materiais consumíveis, produtos químicos e materiais para monitoramento de parâmetros gerais e serviços de manutenção preventiva.</li><li>- Serviços de coleta, exame e emissão de laudos laboratoriais relativos a análises físico químicas e bacteriológicas de efluentes.</li><li>- Serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final de resíduos. Periodicidade máxima: Trimestralmente.</li><li>- Previsão de manutenção corretiva, sob demanda, de componentes e equipamentos de Estações de Tratamento de Esgoto.</li><li>- Fornecimento de peças e componentes, sob demanda, para serviços de manutenção corretiva de componentes e equipamentos de Estações de Tratamento de Esgoto.</li><li>- Registro de ART's em conselho competente, licenças e demais documentações necessárias</li><li>- Elaboração/emissão de relatórios técnicos gerenciais, comprobatórios da execução dos serviços.</li></ul>	12

## 5 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

**5.1** – O(s) contrato(s) deverá(ão) ser executado (s) fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

**5.1.1** - A contratante exercerá adequadamente a fiscalização e o acompanhamento efetivo e permanente da execução da contratação, designando, em conformidade com o disposto no art. 117, da Lei nº 14.133/2021, 1 (um) ou mais fiscais da contratação, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º, da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, observando-se, ainda, as regras dos § 1º, 2º, 3º e 4º do referido artigo, observando-se, ainda, o constante na Portaria MPU nº 28/2023.

**5.1.1.1** - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a

assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

**5.1.1.2** - O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

**5.1.1.3** - Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

**5.1.1.4** - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

**5.1.1.5** - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

**5.1.2** - O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto da contratação, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

**5.1.3** - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**5.1.4** - As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**5.1.5** - O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**5.1.6** - Após a assinatura do contrato, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para tratar acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**5.1.7** - Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

## **5.2 – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE**

**5.2.1** - Deverão ser observadas as regras constantes no contrato quanto às alterações e reajustes e extinção contratual.

**5.3 - NÃO SERÁ** admitida a **SUBCONTRATAÇÃO** do objeto contratual.

## **5.4 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **5.4.1 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Além das exigências deste Termo de Referência, abaixo relacionadas, a contratante ficará obrigada às exigências constantes no Contrato, bem como nas demais condições e normas legais aplicáveis.

**a)** Proporcionar todas as condições para que a licitante vencedora possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;

**b)** Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;

**c)** Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA;

**d)** Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**e)** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**f)** O CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, fiscalização sobre os serviços contratados, e ainda, aplicar as penalidades previstas neste

instrumento ou rescindi-lo, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas no contrato;

**g)** Nomear Fiscal do Contrato, o qual se responsabilizará pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, fazendo anotações e registros de todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

**h)** Designar servidor (es) para acompanhar e fiscalizar os serviços objeto do contrato;

**i)** Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos prazos previstos na legislação em vigor, após o cumprimento das formalidades legais; e

**j)** Exigir da licitante vencedora documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução dos serviços contratados.

#### **5.4.2 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Além das exigências deste Termo de Referência, abaixo relacionadas, a contratada ficará obrigada às exigências constantes no Contrato, bem como nas demais condições e normas legais aplicáveis.

**a) Apresentar no momento da assinatura do contrato:** declaração nos moldes do artigo 6º da IN RFB nº 1.234, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006, caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

**b)** prestar os serviços em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência e em sua proposta;

**c)** Indicar formalmente seu preposto

**d)** Solicitar por escrito e devidamente fundamentado quaisquer modificações na execução dos serviços para análise e decisão do CONTRATANTE;

**e)** Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE;

**f)** Disponibilizar o endereço comercial, telefones e conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes e manter o CONTRATANTE informado em relação a eventuais alterações;

**g)** Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus representantes ou prepostos, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça no prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento na fatura do mês e/ou da garantia, sem prejuízo de poder denunciar o Contrato, de pleno direito, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

**h)** Comunicar imediatamente ao Fiscal do Contrato toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços;

**i)** Apresentar seus funcionários no local de execução dos serviços nos horários predeterminados pela Administração, devidamente uniformizados, identificados por meio de crachá e documento de identidade, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual -EPI, quando for o caso;

**j)** Apresentar à CONTRATANTE, quando for solicitada, a relação nominal dos empregados que terão acesso ao órgão para a execução do serviço;

**k)** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**l)** Executar o serviço conforme a demanda da Procuradoria da República no Amazonas, com base nas especificações do contrato;

**m)** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços contratados;

**n)** Executar os serviços no prazo determinado;

**o)** Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Procuradoria da República no Amazonas, atendendo prontamente a todas as reclamações;

- p)** Apresentar Termo de Garantia após cada aplicação dos produtos;
- q)** Desenvolver o projeto de acordo com a presente especificação, alterando-a apenas com autorização;
- r)** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- s)** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- t)** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- u)** Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- v)** Desempenhar os serviços por intermédio de profissionais devidamente especializados e qualificados;
- w)** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução;
- x)** Manter quadro efetivo de pessoal com número suficiente para o cumprimento das obrigações deste contrato, sem interrupção, independentemente de qualquer motivo, como férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão. Os empregados em questão não terão, em nenhuma hipótese, qualquer relação de emprego com a Procuradoria da República no Amazonas, sendo de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
- y)** Não utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE.
- z)** Instruir seus empregados quanto:
- À necessidade de acatar as normas internas da Administração;
  - Às atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
  - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

## **5.5 - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**5.5.1** - Observar as regras constantes no contrato.

## **5.6 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**5.6.1** - Deverão ser observadas as regras constantes no contrato, quanto às infrações e sanções aplicadas aos fornecedores.

## **5.7 – DA CESSÃO DE CRÉDITO**

**5.7.1** - É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

**5.7.1.1** - As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.



**5.7.2** - A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**5.7.3** - Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**5.7.4** - O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

**5.7.5** - A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **5.8 – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**5.8.1** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total, conforme regras previstas no contrato.

**5.8.2** A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão CONTRATANTE, após a assinatura do contrato.

**5.8.3** No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

**5.8.4** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## **5.9 DA VISTORIA**

**5.9.1** É facultado, e recomendável, a realização de vistoria nos locais onde serão executados os serviços, ocasião em que serão sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo nenhuma alegação posterior por desconhecimento das condições locais;

**5.9.2** A não realização da visita não admitirá à CONTRATADA qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para execução do objeto ou obrigação decorrente desta contratação;

**5.9.3** A vistoria deverá ser agendada individualmente, com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência pelo telefone (92) 2129-4562, e ser realizada com o Setor Manutenção e Serviços Gerais da PR/AM das 9 às 16 h. E-mail: pram-smsg@mpf.mp.br. para visita em Manaus.

**5.9.4** Independente da opção pela realização ou não da vistoria, o licitante deverá apresentar declaração formal, assinada pelo representante legal, sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

**5.9.5** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

**5.9.6** Para a vistoria, o representante legal da empresa, preposto ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**5.9.7** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

## 6 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

**6.1** - O contratante pagará à contratada os valores correspondentes aos serviços efetivamente entregues, por meio de depósito na conta-corrente da CONTRATADA, através de ordem bancária emitida até o **10º (décimo) dia útil** subsequente ao atesto pelo setor competente pela fiscalização da contratação quanto ao recebimento definitivo do objeto, conforme **subitem 4.3.1**.

**6.1.1** - Para pagamento deve ser apresentada Nota Fiscal/Fatura em nome da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS, CNPJ nº 26.989.715/0008-89, sito: Rua André Araújo, nº 358, Bairro Adrianópolis, Manaus-AM, CEP nº 69.057-025.

**6.2** - O documento de cobrança deverá ser entregue por meio eletrônico, por meio do sistema de pecionamento eletrônico <https://apps.mpf.mp.br/spe/login> antes de peticionar o contratado de realizar o cadastro do responsável pela empresa. As dúvidas podem ser sanadas através dos e-mails [pram-smsg@mpf.mp.br](mailto:pram-smsg@mpf.mp.br) e do [pram-contratos@mpf.mp.br](mailto:pram-contratos@mpf.mp.br). A PR-AM não se responsabilizará pelo atraso no pagamento, quando o documento de cobrança for enviado em outro e-mail e/ou fora do prazo estabelecido ou quando contiver alguma inconsistência que impossibilite o pronto pagamento.

**6.3** - Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da contratada, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação, sendo ilícita a inclusão de qualquer atualização monetária ou incidência de juros em virtude de atraso provocado pela contratada.

**6.4** - O valor correspondente será creditado em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta-corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras ou chave pix, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas na contratação. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

**6.5** - Nenhum pagamento deverá ser efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta. Não haverá crédito à contratada, igualmente, em virtude de penalidade a esta cominada ou em caso de inadimplência contratual sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

**6.6** - Caso a contratada seja optante pelo "SIMPLES NACIONAL" (Lei Complementar nº 123/2006), não serão feitas as retenções de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, ficando a contratada nesse caso obrigada a apresentar declaração, na forma do Anexo IV da citada Instrução Normativa, por meio eletrônico com a utilização de certificação digital, através do e-mail da [pram-smsg@mpf.mp.br](mailto:pram-smsg@mpf.mp.br) ou [pram-contratos@mpf.mp.br](mailto:pram-contratos@mpf.mp.br).

**6.7** - O setor de Pagamento também deverá verificar a situação do fornecedor por meio de consulta on-line no SICAF, cujo resultado será juntado aos autos.

**6.8** - Fica assegurado ao contratante o direito de deduzir do pagamento devido à contratada as importâncias correspondentes a multas, faltas ou débitos a que porventura, a empresa contratada, tiver dado causa. Não tendo nenhum valor a receber, as importâncias deverão ser recolhidas pela contratada. Caso contrário, os dados serão encaminhados à área competente para cobrança judicial.

**6.9** - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

**6.10** - Se o inadimplemento da obrigação for provocado pela contratada, por não cumprir as suas obrigações, o contratante ficará desobrigado de promover a atualização monetária de que trata o item anterior.

**6.11** - Ao contratante fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, durante a execução do contrato, estes não estiverem em perfeitas condições, de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência.



## 7 - SELEÇÃO DO FORNECEDOR E ESTIMATIVA DO PREÇO

**7.1** - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **dispensa de licitação, na forma eletrônica**, com fundamento na hipótese do **art. 75, inciso I da Lei n.º 14.133/2021**, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO**.

**7.2 - O VALOR MÁXIMO ANUAL ACEITÁVEL** para a contratação do objeto e para a aceitação da proposta na seleção é o constante abaixo, devendo o fornecedor vencedor apresentar sua proposta, ajustando seu valor ao valor máximo unitário aceitável abaixo, sob pena de desclassificação, caso não ajuste sua proposta.

ITE M	CÓD. SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QTDE. ANUAL	MÁXIMO VALOR ADMISSÍVEL POR APLICAÇÃO	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO
1	19526	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva na Estação de Tratamento de Efluentes do Prédio Sede da PR-AM	12	R\$ 6.975,00	R\$ 83.700,00

**7.3** - O critério de julgamento para a seleção do fornecedor será **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances de **1% (um por cento)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta de **1% (um por cento)**.

**7.4** - Em caso de divergência entre a descrição indicada no sistema Compras.gov e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

**7.5** - A proposta deverá ser apresentada com preço mensal e anual do objeto descrito no Termo de Referência, considerando para todos os efeitos, o valor em moeda nacional (em algarismo e por extenso), já com tributos devidos, transporte e demais custos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos objetos, conforme especificações.

**7.6** - Toda proposta apresentada será considerada com prazo de validade **não inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação, salvo se da mesma constar prazo superior, que prevalecerá.

### 7.7 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**7.7.1** Certidão de registro da empresa no CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, a cuja jurisdição pertença.

**7.7.1.1** - Registro ou inscrição, pertinente e atualizado, da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) junto ao conselho profissional competente.

**7.7.1.2** - A empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao objeto do contrato, sendo profissional que possua, nas atribuições do conselho de classe respectivo, competência para exercer tal função.

**7.7.1.3** - Considera-se habilitado para a atividade de responsabilidade técnica, o profissional que possua comprovação oficial da competência para exercer tal função, emitida pelo seu conselho profissional.

**7.7.1.4** - A comprovação do vínculo dos profissionais com a empresa participante dar-se-á mediante: (A) apresentação da CTPS do profissional, ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido, no caso doe o profissional ser funcionário do licitante; ou (B) apresentação do contrato social e/ou ata de eleição da diretoria, no caso doe o profissional pertencer ao quadro societário do licitante; ou (C) apresentação do contrato de prestação de serviços com vigência válida;

**7.7.1.5** - O(s) profissional(is) indicado(s) pela empresa, como o (s) responsável(is) técnico(s) pela execução do objeto, poderão ser substituídos por

profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovado pela Administração da PR-AM.

**7.7.1.6** - No caso de o licitante ter sua sede em outro Estado e sagrar-se vencedor da licitação deverá providenciar registro ou visto no CREA/AM, conforme exigência do Conselho.

**7.7.2** - A qualificação técnica da empresa será comprovada por meio de **um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica**, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome do fornecedor, que comprove(m):

**7.7.2.1** - Ter o fornecedor executado ou estar executando de forma satisfatória serviços pertinentes e compatíveis em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência, ou seja, operação e/ou manutenção preventiva e corretiva de estações de tratamento de efluentes/esgoto.

**7.7.2.2** - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, conforme Acórdão TCU nº 1214/2013.

**7.8** - Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos exigidos no **Aviso de Contratação Direta**.

## **8 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**8.1** - A despesa decorrente do objeto da contratação correrá à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Ministério Público Federal, constante do vigente orçamento geral da União, à conta da dotação orçamentária prevista para atender despesas da mesma natureza.

## **9 – DOS DADOS PARA FATURAMENTO**

### **Procuradoria da República no Amazonas**

Av. André Araújo, n.º 358 – Adrianópolis – Manaus/AM – CEP: 69057-025

CNPJ/MF: 26.989.715/0008-89 - Inscrição Estadual: Isenta.

(Assinado digitalmente)

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

## ANEXO I-A

### INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR

1. DEFINIÇÃO: INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – documento anexo ao contrato que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento;

2. OBJETIVO A ATINGIR: Obtenção da melhor execução do objeto, mediante a definição de indicadores de acompanhamento de qualidade dos serviços prestados durante a vigência do contrato.

3. FORMA DE AVALIAÇÃO: Definição das situações, indicadores que caracterizem o não atendimento do objetivo e atribuição de pontuação correspondente, de acordo com os indicativos de metas a cumprir, compreendendo glosas conforme tabela abaixo.

Intervalo de pontuação	Percentual de desconto
80 a 100 pontos	0% integral
70 a 79 pontos	2% de desconto
60 a 69 pontos	5% de desconto
Menor que 60	10% de desconto

4. APURAÇÃO: O registro de ocorrências será apurado a cada execução de evento, aplicando-se a respectiva pontuação por meio da qual caberá ao servidor responsável pela organização dos eventos elaborar relatório com as falhas detectadas e comunicar ao gestor do contrato para aplicação de glosa.

5. SANÇÕES: Quando o percentual de glosas for igual a 10% (dez por cento) sobre o valor da nota fiscal do evento, caracterizar-se-á inexecução parcial, o que implicará a abertura de procedimento de aplicação das penalidades previstas no contrato.

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)	
CONFORME ANEXO V-B da IN 05/2017 - SEGES/MPDG	
INDICADORES	
1	USO DE UNIFORMES E EPI's
2	TEMPO DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DO CONTRATANTE
3	QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS
4	EFETIVIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os valores apurados em decorrência de descumprimento dos indicadores no IMR serão objeto de redimensionamento no valor da nota fiscal emitida pela empresa.

Nos casos de inviabilidade de glosa, o recolhimento da importância deverá ocorrer mediante pagamento de Guia de Recolhimento da União no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da emissão da GRU.

INDICADOR Nº 01: USO DE UNIFORMES, IDENTIFICAÇÃO (CRACHÁS) E EPI's	
Finalidade	Garantir a devida uniformização e identificação dos funcionários da contratada, assim como o atendimento das exigências específicas relacionadas à segurança do trabalho.
Meta a Cumprir	100% dos funcionários adequadamente uniformizados, identificados e fazendo uso dos EPI's indicados para cada tipo de serviço prestado.
Instrumento de Medição	Conferência local, constatação de ocorrências.

Forma de Acompanhamento	Visual, pelo Fiscal Técnico do contrato, e, de forma complementar, pela equipe de controle de acesso ou pelos responsáveis pelas unidades descentralizadas.
Periodicidade	A cada visita ou atendimento de chamado.
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.
Início da Vigência	Conforme contrato.
Ocorrências / Pontuação	<p>Não utilização do uniforme; uso de uniforme incompleto ou inadequado, sem a devida justificativa; não utilização de EPI.</p> <p>Sem ocorrências: 25 pontos</p> <p>1 ocorrência: 20 pontos</p> <p>2 ocorrências: 15 pontos</p> <p>3 ocorrências: 10 pontos</p> <p>4 ou mais ocorrências: 5 pontos</p>
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados pelo fiscal técnico do contrato, e efetuado o desconto, conforme tabela de descontos.
Observações	Os pontos apurados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.
	O acúmulo de pontos será realizado para as aplicações regulares mensais e relativo às ocorrências registradas no período de execução do serviço.
	A pontuação será zerada para uma nova apuração na aplicação seguinte.

INDICADOR Nº 02 – TEMPO DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DA CONTRATANTE	
Finalidade	Mensurar o tempo de resposta às solicitações da contratante.
Meta a Cumprir	Agendamento do efetivo atendimento do chamado em até 1 dia útil posterior à solicitação.
Instrumento de Medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de Acompanhamento	Pessoal, pelo Fiscal do contrato e responsáveis pelos setores.
Periodicidade	Por evento/solicitação à contratante
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior a meta.
Início da Vigência	Conforme contrato.
Ocorrências / Pontuação	<p>Sem atrasos: 25 pontos</p> <p>1 resposta com atraso: 20 pontos</p> <p>2 respostas com atraso: 15 pontos</p> <p>3 respostas com atraso: 10 pontos</p> <p>4 ou mais respostas com atraso: 5 pontos</p>
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto, conforme tabela de Descontos.
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.

	O acúmulo de pontos é mensal e relativo às ocorrências registradas no período de execução do serviço.
	A pontuação será zerada para uma nova apuração no mês seguinte.

INDICADOR Nº 03 – QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
Finalidade	Garantir o nível de qualidade global na prestação do serviço.
Meta a Cumprir	Garantir a excelência no serviço prestado.
Instrumento de Medição	Pesquisa de satisfação por meio de formulário eletrônico ou ferramenta similar.
Forma de Acompanhamento	Aplicação de pesquisa de satisfação com o público usuário ao final do atendimento.
Periodicidade	A cada atendimento de chamado.
Mecanismo de Cálculo	Descrita na Planilha de Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados.
Início da Vigência	Conforme contrato.

Ocorrências / Pontuação	<p>1. Pontualidade/frequência, prontidão e pró-atividade na prestação do serviço;</p> <p>2. Condições de higiene e limpeza dos ambientes e instalações internas ao final das atividades prestadas;</p> <p>3. Condições de limpeza das áreas externas, após a realização do serviço;</p> <p>4. Recolhimento do lixo e destinação correta dos resíduos.</p> <p>Graus de satisfação (OBRIP)</p> <p>Ótimo: 25 pontos</p> <p>Bom: 20 pontos</p> <p>Regular: 15 pontos</p> <p>Insatisfatório: 10 pontos</p> <p>Péssimo: 5 pontos</p>
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto, conforme tabela de Descontos.
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.
	O acúmulo de pontos é mensal e relativo às ocorrências registradas no período de execução do serviço.
	A pontuação será zerada para uma nova apuração no mês seguinte.

INDICADOR Nº 04 – EFETIVIDADE DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
Finalidade	Garantir a efetividade dos serviços executados.



Meta a Cumprir	Garantir a efetividade de 100% do serviço prestado.
Instrumento de Medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de Acompanhamento	Quantidade de constatações ocasionadas conforme níveis de graduação
Periodicidade	Mensal/Trimestral (conforme contrato)
Mecanismo de Cálculo	Descrita na Planilha de Constatação de Ocorrência de não conformidades.
Início da Vigência	Conforme contrato.
Ocorrências de não conformidade no período / Pontuação	<p>0 ocorrências: 25 pontos</p> <p>De 1-2 ocorrências: 20 pontos</p> <p>De 3-4 ocorrências: 15 pontos</p> <p>De 5-6 ocorrências: 10 pontos</p> <p>Mais de 6 ocorrências: 5 pontos</p>
Faixas de ajustes no pagamento	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.
	O acúmulo de pontos é mensal e relativo às ocorrências registradas no período de execução do serviço.
	A pontuação será zerada para uma nova apuração no mês seguinte.

PLANILHA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
ÓRGÃO/UNIDADE: Procuradoria da República no estado do Amazonas		
Nº CONTRATO:		
GESTOR(A) / RESPONSÁVEL:		
CONTRATADA:	MÊS DE REFERÊNCIA:	
<p>LEGENDA DO GRAU DE SATISFAÇÃO:</p> <p>O = ÓTIMO B = BOM R = REGULAR I = INSATISFATÓRIO P= PÉSSIMO</p>		
Descrição	Serviços/Procedimentos/Especificações	Grau de satisfação
Qualidade do Serviço Prestado	1. Pontualidade/frequência, prontidão e pró-atividade na prestação do serviço.	
	2. Condições de higiene e limpeza dos ambientes e instalações internas ao final das atividades prestadas.	
	3. Condições de limpeza das áreas externas.	
	4. Recolhimento do lixo e destinação correta dos resíduos.	

Deixe aqui seu comentário ou observação para melhorar a qualidade dos serviços prestados ou queira esclarecer sua avaliação.

---



---



---



---



---

A – Número de quesitos pontuados, por grau de satisfação	O	B	R	I	P
B – Total de quesitos avaliados no período					4
C - Índice de Avaliação, por quesito (Multiplicar o quantitativo de cada quesito (A) pelo grau de satisfação (OBRIP) e dividir pelo total de quesitos avaliados (B))	O	B	R	I	P
	*25/4	*20/4	*15/4	*10/4	*5/4
D- Pontuação Total (Somatório dos índices de avaliação (item C) para os graus de satisfação).					

INDICADOR 1	
Descrição da ocorrência:	Total de ocorrências:
	Pontuação:
	Data da aferição:

INDICADOR 2	
Descrição da ocorrência:	Total de ocorrências:
	Pontuação:
	Data da aferição:

INDICADOR 3	
Descrição da ocorrência:	Total de ocorrências:
	Pontuação: Conforme Planilha e avaliação da qualidade dos serviços prestados
	Data da aferição:

INDICADOR 4	
Descrição da ocorrência:	Total de ocorrências:
	Pontuação:
	Data da aferição:

NOTA FINAL	
Período De Aferição:	
Pontuação Final (soma da pontuação de cada indicador):	
Observações:	

**Anexo I - B**

**PLANO DE MANUTENÇÕES**

**1. Rotina de Manutenção**

<b>Componente</b>	<b>Atividade</b>	<b>Periodicidade</b>
Painel de comando	Avaliar os disjuntores, verificar a existência de ruídos dos disjuntores e contatos, verificar as lâmpadas de aviso e o alarme.	Mensal
Caixa de passagem que antecede a Estação Elevatória de Esgotos	Realizar a limpeza com a retirada de lixo sólido (sacolas plásticas, absorventes, alimentos etc), havendo a presença de gordura na caixa, utilizar produto próprio para a biorremediação de gordura.	Mensal
Sistema de bombeamento de Esgoto Bruto	Verificar o funcionamento e limpeza das bombas autoescovantes, verificar o funcionamento e limpeza dos automáticos de nível.	Mensal
Sistema de aeração	Verificar o funcionamento do compressor de ar, limpar o filtro do compressor de ar, limpar a tela da entrada de sucção de ar.	Mensal
Sistema de desinfecção	Verificar o funcionamento do sistema de desinfecção por Raios Ultravioleta, limpar o sistema de desinfecção por Raios Ultravioleta, limpar a lâmpada do equipamento de UV e realizar a sua substituição quando necessário.	Mensal

Filtro de Polimento, Reator anaeróbio e reator aeróbio	Verificar o funcionamento, reparar quando necessário, a fibra no corpo de qualquer dos equipamentos.	Mensal
Interligação hidráulica entre os equipamentos da ETE	Realizar a revisão hidráulica e eliminação de vazamentos na interligação hidráulica dos reatores da ETE.	Mensal
Sistema de bombeamento de Esgoto tratado	Verificar o funcionamento e limpeza das bombas autoescovantes, verificar o funcionamento e limpeza dos automáticos de nível.	Mensal
Aspectos gerais	Verificar a área do entorno da ETE, observar o fluxo de efluentes no sistema, coletar informações sobre o funcionamento anormal entre as manutenções, caso seja necessário realizar a manutenção corretiva, realizar a troca das peças visando o restabelecimento do funcionamento do sistema.	Mensal
Aspectos gerais	Contratar e acompanhar a coleta de efluentes da entrada e saída da ETE, para emissão de laudo das análises físico-químicas e bacteriológica dos efluentes provenientes da ETE atualizado (entrada e saída do sistema), contendo os parâmetros mínimos de pH, cor, turbidez, DBO5, DQO, óleo e graxas vegetais, sólidos dissolvidos, sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis, sólidos voláteis, sólidos fixos e sólidos totais.	Bimestral
Aspectos gerais	Desinstalação hidráulica, acompanhamento técnico e reinstalação hidráulica para realização da retirada de lodo por caminhão limpa-fossa que será contratado pela contratada, com emissão de Certificado de Destinação do Lodo. Contemplando: caixa de distribuição do efluente e reatores da ETE.	Anual

Aspectos gerais	Realizar a manutenção do sistema de aeração, substituindo o filtro de sucção do compressor de ar, substituição da mangueira do compressor de ar, desinstalação do compressor de ar para pintura e reinstalação elétrica e hidráulica do compressor de ar e outras atividades que julgar necessárias.	Anual
Aspectos gerais	Realizar a manutenção da Estação Elevatória de Esgotos desinstalando as bombas para limpeza anual, pintura e reinstalação e substituição dos automáticos de nível e outras atividades que julgar necessárias.	Anual
Aspectos gerais	Realizar a manutenção da Estação Elevatória de Efluente Tratado, desinstalando as bombas para limpeza anual, pintura e reinstalação, substituição dos automáticos de nível e outras atividades que julgar necessárias.	Anual
Aspectos gerais	Substituição do refil do sistema de desinfecção do efluente por raios ultravioleta.	Anual
Aspectos gerais	Executar os reparos ou substituições destinados a recolocar a ETE em condições normais de segurança e funcionamento, dando garantia pelos serviços prestados.	Anual





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-AM-00041124/2026 TERMO DE REFERÊNCIA**

.....  
Signatário(a): **FLAVIO MARCEL SANTOS CHAGAS**

Data e Hora: **11/06/2026 10:59:14**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **SIDNEY WANDERLEY DE OLIVEIRA**

Data e Hora: **11/06/2026 11:41:41**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **JOSE CARLOS SILVA DE SOUZA**

Data e Hora: **11/06/2026 15:08:07**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave cf42504f.ab4ae087.b777d666.ae3f2dfd



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

### Registro de Arquivo Complementar

*(Gerado automaticamente pelo sistema)*

**Expediente:**

PR-AM-00041124/2026 - TERMO DE REFERÊNCIA

**Complementar - PropostaseDeclaracoes.docx**

Este arquivo complementar poderá ser acessado pelo link abaixo:

[PropostaseDeclaracoes.docx](#)

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA**

À Procuradoria da República no Amazonas

Apresentamos nossa proposta referente à seleção:

**1. DADOS DA EMPRESA**

Razão Social:  
CNPJ:  
Inscrição Estadual/Municipal ou do Distrito Federal:  
Endereço/CEP:  
Telefones/fax de contato:  
E-mail:  
Banco:  
Agência:  
Conta Corrente:

**2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA A CONTRATAÇÃO:**

Nome:  
Endereço:  
CPF:  
RG/ÓRGÃO EXPEDIDOS:  
Cargo/Função:  
Naturalidade:  
Nacionalidade:  
Estado Civil:

**3. DECLARAÇÕES**

**3.1.** Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Termo de Referência desta seleção e seus anexos, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo nenhuma discrepância entre quaisquer informações e/ou documentos que dele fazem parte, e estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assim como de qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, erros ou omissões existentes nesta proposta.

**3.2.** O prazo de validade da proposta de preços é de \_\_\_\_\_ corridos, contados da data de abertura da seleção.

**3.3.** Declaramos que, nos preços cotados, estão inclusos todos os custos necessários para a prestação de serviço objeto da presente seleção, bem como todos os materiais, equipamentos, impostos, encargos (trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, etc.), taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, transporte, treinamento, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado constante da proposta.

Item	Descrição	Unid. de Medida	Quant.	Preço Unitário Estimado	Total Estimado
1					
TOTAL					

--	--

**3.4.** O prazo de entrega deverá ser de, \_\_\_\_\_, a partir da data da solicitação.

### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

(NOME DA EMPRESA, CNPJ, ENDEREÇO, etc.), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA), portador do RG nº \_\_\_\_\_, inscrito sob CPF nº \_\_\_\_\_, sob as penas da lei, para todos os fins, na qualidade de proponente na **DISPENSA ELETRÔNICA Nº Nº \_\_/202X**, realizado pela Procuradoria da República no Amazonas, ainda, nos termos do art. 3º da Resolução nº 37, de 28.04.2009, atualizada, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, para fins de contratação de prestação de serviços junto à Procuradoria da República no Amazonas, **DECLARA** que:

( ) os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **não são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, **até o terceiro grau**, inclusive, de membro ocupante de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público Federal.

( ) os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, até o terceiro grau, de membro ocupante de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público Federal, abaixo identificado(s):

Nome do membro ou servidor: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Órgão de Lotação: \_\_\_\_\_

Grau de Parentesco: \_\_\_\_\_

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

**LOCAL E DATA DA ASSINATURA**

## ANEXO IV

### DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

(NOME DA EMPRESA, CNPJ, ENDEREÇO, etc.), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA), portador do RG nº \_\_\_\_\_, inscrito sob CPF nº \_\_\_\_\_, sob as penas da lei, para todos os fins, na qualidade de proponente na **DISPENSA ELETRÔNICA Nº Nº \_\_\_\_/202X**, realizado pela Procuradoria da República no Amazonas, que atende aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, especialmente quanto ao art. 6º da referida instrução.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

### LOCAL E DATA DA ASSINATURA

---

Empresa Licitante

(responsável: nome, cargo e assinatura)

## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO ESCRAVO, NÃO EXPLORAÇÃO DE TRABALHO INFANTOJUVENIL E NÃO DISCRIMINAÇÃO

(NOME DA EMPRESA, CNPJ, ENDEREÇO, etc.), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA), portador do RG nº ....., inscrito sob CPF nº....., sob as penas da lei, para todos os fins, na qualidade de proponente na **DISPENSA ELETRÔNICA Nº Nº \_\_\_\_/202X**, realizado pela Procuradoria da República no Amazonas, **DECLARA:**

( ) Não ter sido condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe:

- a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e
- os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

( ) Não explorar o trabalho infantojuvenil, em atenção ao que dispõe:

- o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988;
- o Título III do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (CLT);
- os arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 (ECA);
- a Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990;
- o Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

( ) Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as convenções OIT 29 e 105.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

#### LOCAL E DATA DA ASSINATURA

---

**Empresa Licitante (responsável: nome, cargo e assinatura)**

**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO POR NÃO ULTRAPASSAR A RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA ENQUADRAMENTO COMO EPP, NO EXERCÍCIO, EM CONTRATOS FIRMADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

(NOME DA EMPRESA, CNPJ, ENDEREÇO, etc.), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA), portador do RG nº ....., inscrito sob CPF nº....., sob as penas da lei, para todos os fins, na qualidade de proponente na **DISPENSA ELETRÔNICA Nº Nº \_\_\_\_/202X**, realizado pela Procuradoria da República no Amazonas, **DECLARA** que, no ano-calendário de realização da presente dispensa eletrônica, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

**LOCAL E DATA DA ASSINATURA**

\_\_\_\_\_

**Empresa Licitante (responsável: nome, cargo e assinatura)**



## ANEXO VII

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES (utilizar somente se for optante por este regime de tributação)

#### DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO XI DO ART. 4º

(Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.244, de 30 de janeiro de 2012)

(Vide art. 3º da IN RFB nº 1.244/2012)

À

#### PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

**Nome da empresa**, com sede na Rua \_\_\_\_\_ n.º \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, estado do \_\_\_\_\_, inscrita no **CNPJ** sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA à **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS**, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Manaus/AM, XX de abril de 202X.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

RG nº : \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**ANEXO VIII**  
**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO LOCAL**

A empresa: \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu Representante legal ou preposto, o Sr(a) \_\_\_\_\_, portador da identidade nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto. Declara ainda que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

**Manaus, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
Procuradoria da República no Amazonas

**ANEXO IX**

**MINUTA**

**CONTRATO Nº XX/2026**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE xxxxxxxxxxxx, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS, E A EMPRESA xxxxxxxxxxxxxxxx.**

A **UNIÃO**, por intermédio da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS – PR-AM**, órgão do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, inscrita no CNPJ/MF nº 26.989.715/0008-89, situada na avenida André Araújo, nº 358, Adrianópolis, Manaus/Amazonas, neste ato representada pela Secretária Estadual Sra. **FLÁVIA MANARTE HANNA**, Nomeada pela Portaria PR/AM nº 177, DE 06/12/2013, portadora da Matrícula Funcional nº 21067, doravante denominada **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **xxxxxxxxxxxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/0001-XX, estabelecida à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, bairro de xxxxxxxx, em xxxxxxxx/XX, neste ato representada pelo Sr. **xxxxxxxxxxxxxxxxxx**, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxx-SSP/XX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, que apresentou os documentos exigidos por lei, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e nos termos da Lei nº 14.133/21, da **DISPENSA PR-AM Nº XX/2026** e do Procedimento Administrativo **PR-AM nº 1.XX.000.00XXXXX/2026-XX**, este CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE **xxxxxxxxxxxxxxxxxx**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (ART. 92, I E II DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

**1.1** – O objeto do presente instrumento é a contratação dos serviços de xxxxxxxxxxxxxxxx, conforme especificações contidas no Termo de Referência MPF/**PR-AM** n.º XX/2026.

**1.2** - Objeto da contratação:

ITE M	CÓD. SERVIÇ O	DESCRIÇÃO	QTDE. (APLICAÇÕES)	VALOR POR APLICAÇÃO	VALOR TOTAL
1	19526	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva na Estação de Tratamento de Efluentes do Prédio Sede da PR-AM	12	R\$ xxxx	R\$ xxxx
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ xxxx

**1.3** – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independente de transcrição:

**1.3.1** - O Termo de Referência;

- 1.3.2** - O Edital da Licitação;
- 1.3.3** - A proposta da **CONTRATADA**; e
- 1.3.4** - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO (ARTS 105 A 107 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

**2.1** - O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura eletrônica do ordenador de despesa da **CONTRATANTE**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.1.1** - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação; e
- e) Seja comprovado que a **CONTRATADA** mantém as condições iniciais de habilitação.

**2.2** - A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**2.3** - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**2.4** - Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

**2.5** - O contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO (ART. 92, IV E VII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

**3.1** - Os termos em relação ao regime de execução contratual, do modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO (ART. 122 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

**4.1** - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme estabelecido no subitem 5.3 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR (ART. 92, V DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

**5.1** - O valor mensal da contratação é de R\$ x.xxx,00 (xxxxxxxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xx.xxx,00 (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

**5.2** - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO (ART. 92, V e VI DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

**6.1** - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE (ART. 92, V DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

**7.1** - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**7.2** - Após o interregno de um ano da data da proposta referenciada na cláusula **7.1**, a **CONTRATANTE** deverá iniciar o procedimento para reajuste do valor do contrato, mediante a aplicação do IPCA – Índice

Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, cientificando a **CONTRATADA** do início da instrução.

**7.2.1** - Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.2.2** - Não iniciado o procedimento de reajuste pela **CONTRATANTE**, compete à **CONTRATADA** solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a **CONTRATADA** suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente a sua inércia.

**7.2.3** - Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido na cláusula **7.2**, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da **CONTRATADA**, do percentual a ser reajustado.

**7.2.3.1** - Em caso de ausência de manifestação da **CONTRATADA** sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pelo **CONTRATANTE**.

**7.3** - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **CONTRATANTE** poderá pagar à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**7.4** - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**7.5** - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**7.6** - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.7** - O reajuste poderá ser concedido por apostilamento ou mediante termo aditivo, quando coincidente com a sua instrução e conveniente para a Administração.

**7.8** - As disposições previstas nesta cláusula não impedem a negociação entre os contratantes, a qualquer tempo, a fim de se estabelecer valores mais vantajosos para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

**8.1** - São obrigações da **CONTRATANTE**, além das previstas no Termo de Referência:

**8.1.1** - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

**8.1.2** - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**8.1.3** - Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**8.1.4** - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

**8.1.5** - Comunicar à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.1.6** - Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

**8.1.7** - Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**8.1.8** - Cientificar a Chefia Administrativa da **CONTRATANTE** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

**8.1.9** - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**8.1.9.1** - A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**8.1.10** - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro feitos pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 1 (um) mês.

**8.1.11** - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**8.1.12** - Comunicar a **CONTRATADA** na hipótese de posterior alteração do projeto pela **CONTRATANTE**, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**8.2** - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ART. 92, XIV, XVI E XVII DA LEI Nº 14.133, DE 2021 e RESOLUÇÃO N.º37/2009-CNMP)**

**9.1** - A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**9.2** - Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

**9.2.1** - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela Administração, desde que devidamente justificada, devendo a **CONTRATADA** designar outro para o exercício da atividade.

**9.3** - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**9.4** - Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**9.5** - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**9.6** - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**9.7** - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da **CONTRATANTE** ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

**9.8** - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 2.** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 3.** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 5.** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 6.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**9.9** - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à **CONTRATANTE**;

**9.10** - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

**9.11** - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

**9.12** - Paralisar, por determinação da **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**9.13** - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

**9.14** - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

**9.15** - Submeter previamente, por escrito, à **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;

**9.16** - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**9.17** - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**9.18** - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

**9.19** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

**9.20** - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**9.21** - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

**9.22** - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da **CONTRATANTE**;

**9.23** - Relacionar-se com a **CONTRATANTE**, exclusivamente, por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;

**9.24** - Disponibilizar uma conta e-mail para fins de comunicação entre as partes, e manter atualizados o endereço comercial e os números de telefone;

**9.25** - Não utilizar o nome da **CONTRATANTE**, ou sua qualidade de **CONTRATADA**, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão do presente Contrato;

**9.26** - Apresentar ficha técnica do produto, ou laudo técnico, ou certificação ou outro documento que venha a ser solicitado pela **CONTRATANTE** para comprovação do atendimento às cláusulas de sustentabilidade contidas no Termo de Referência;

**9.27** - Não ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público da União, sob pena de rescisão contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

**10.1** - Há exigência de garantia contratual, de acordo com o termo de referencia documento PR-AM-000xxxx/2026

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

**11.1** - Comete infração administrativa o licitante que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação eletrônica ou execução do contrato;
- f) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.2** - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**11.2.1 - Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§2º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

**11.2.2 - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas de “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§4º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

**11.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens “e” a “h”, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave (§5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.2.4 - Multa:**

- (1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias;
  - a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
- (6) Para infrações descritas na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

**11.3** - A aplicação das sanções previstas neste Termo de Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE** (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.4** - Todas as sanções previstas neste Termo de Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.4.1** - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

**11.5** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

**11.6** - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**11.7** - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.8** - Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem à **CONTRATANTE**;
- e) Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.9** - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

**11.10** - A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021);



**11.11** - A **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.12** - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.13** - Os débitos da **CONTRATADA** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora **CONTRATANTE**, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

**12.1** - O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**12.2** - O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**12.3** - A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da **CONTRATADA** pela **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**12.4** - Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este item ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**12.5** - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.5.1** - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.5.2** - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**12.5.2.1** - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.6** - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**12.6.1** - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.6.2** - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.6.3** - Indenizações e multas.

**12.7** - A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.8** - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

**13.1** - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/Unidade: 00001/200090;

II) Fonte de Recursos: XXXXXX;

III) Programa de Trabalho: XXXXXXXX;

IV) Elemento de Despesa: XXXXXXXX;

V) Plano Interno: PI XXXXXXXX; e

VI) Nota de Empenho: XXX

**13.2** - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante juntada ao presente Termo de Contrato da Informação de Crédito Orçamentário.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

**14.1** - Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES (ART. 124 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

**15.1** - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.2** - A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.3** - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**15.4** - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO**

**16.1** - Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO (ART. 94 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

**17.1** - Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como disponibilizar este Contrato no sítio oficial do Ministério Público Federal (portal da transparência) na rede mundial de computadores (internet), em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

A **CONTRATADA**, atuando na condição de operador, adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público Federal e se compromete a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados brasileira (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - No tratamento de dados pessoais que lhe forem confiados pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** se obriga a:

1. realizar o tratamento de dados pessoais estritamente para as finalidades estabelecidas neste contrato, observando fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo Ministério Público Federal;
2. adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do Ministério Público Federal e nos instrumentos contratuais, tais como: (i) mecanismos de autenticação de acesso aos registros, como sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pela atividade; (ii) anonimização, pseudonimização e criptação dos dados pessoais, quando aplicável; (iii) recursos que permitam a restauração da disponibilidade e do acesso aos dados pessoais de forma rápida em caso de incidente; e (iv) processo de verificação contínua da implementação das referidas medidas técnicas e organizacionais;
3. manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo, contemplando os registros de conexão e de acesso a aplicações, o momento, a duração, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso e o arquivo acessado;

4. facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, devendo a prova do compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao Ministério Público Federal em caso de solicitação;
5. permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo Ministério Público Federal ou por quem por ele autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;
6. auxiliar, sempre que demandado pelo Ministério Público Federal, no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;
7. comunicar de maneira formal e de forma imediata ao Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público Federal, com tolerância de no máximo 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções, devendo a comunicação conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do incidente; (ii) data e hora da ciência pela **CONTRATADA**; (iii) relação dos tipos de dados pessoais afetados pelo incidente; (iv) quantidade de usuários afetados (volumetria do incidente) e, se possível, a relação desses indivíduos; (v) dados de contato do Encarregado da **CONTRATADA** ou, não havendo Encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido; (vi) descrição das possíveis consequências do incidente; (vii) medidas que estão sendo tomadas para a mitigação dos riscos.
8. anonimizar ou devolver para o **CONTRATANTE** todos os dados pessoais que lhe foram confiados e descartar, de forma irrecuperável, as cópias, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual;
9. não transferir e/ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização do Ministério Público Federal, assumindo todos os ônus decorrentes de qualquer compartilhamento que venha a realizar;
10. registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações da autoridade competente;

**PARÁGRAFO SEGUNDO - O CONTRATANTE** pode requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à **CONTRATADA**, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO (ART. 92, §1º DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

**19.1** - É eleito o Foro da Justiça Federal no Amazonas, Seção Judiciária de Manaus, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme §1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

**19.2** - E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato, firmado pelas partes e as testemunhas abaixo, por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF.

Manaus (AM), xx de xxxxxxxx de 2026.

**(Data de edição do documento)**

*(Assinado eletronicamente)*

**FLÁVIA MANARTE HANNA**

Secretaria Estadual

Procuradoria da República no Amazonas

*(Assinado eletronicamente)*

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunhas:

*(Assinado eletronicamente)*

Testemunha 1

*(Assinado eletronicamente)*

Testemunha 2





## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

### Registro de Arquivo Complementar

*(Gerado automaticamente pelo sistema)*

**Expediente:**

PR-AM-00041124/2026 - TERMO DE REFERÊNCIA

**Complementar - Minuta.Contrato.docx**

Este arquivo complementar poderá ser acessado pelo link abaixo:

[Minuta.Contrato.docx](#)